



Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
Concurso Público para Provedimento de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico
Edital nº 80/2016, de 30 de agosto de 2016.

RESULTADO DE RECURSOS

LEGISLAÇÃO

QUESTÃO	GABARITO PRELIMINAR	GABARITO DEFINITIVO	RESULTADO
1	E	E	Indeferido
<p>"Readaptação é a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física, e, sobretudo, mental, verificada em inspeção médica." A questão ao colocar o termo "sobretudo" na redação do item não compromete o gabarito, considerando que a proposição está errada exatamente ao reforçar enfaticamente que a capacidade mental é o fator de maior critério, sendo que não se constitui. Gabarito mantido</p>			
2	E	E	Indeferido
<p>Letra A: ERRADA: § 1º Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, os Institutos Federais são equiparados às universidades federais; Letra B: ERRADA: § 2º Nas regiões em que as demandas sociais pela formação em nível superior justificarem, o Conselho Superior do Instituto Federal poderá, com anuência do Ministério da Educação, autorizar o ajuste da oferta desse nível de ensino, sem prejuízo do Índice definido no caput deste artigo, para atender aos objetivos definidos no inciso I do caput do art. 7º desta Lei. Letra C: ERRADA: VI - ministrar em nível de educação superior: a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia; b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional; c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento; d) cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i> de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e e) cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica. Letra D: ERRADA. Art. 7º Observadas as finalidades e características definidas no art. 6º desta Lei, são objetivos dos Institutos Federais: II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica. Gabarito mantido.</p>			
3	C	B	Deferido
<p>RESPOSTA CORRETA LETRA B: APENAS II E III ESTÃO CORRETAS. ESTÁ CORRETO EM SUA TOTALIDADE, conforme a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que afirma em seu Art. 17. o seguinte: II - Os bens e direitos do Instituto Federal serão utilizados ou aplicados, exclusivamente, para a consecução de seus objetivos, não podendo ser alienados a não ser nos casos e condições permitidos em lei. O patrimônio de cada um dos novos Institutos Federais será constituído: pelos bens e direitos que compõem o patrimônio de cada uma das instituições que o integram, os quais ficam automaticamente transferidos, sem reservas ou condições, ao novo ente; pelos bens e direitos que vier a adquirir; pelas doações ou legados que receber; e por incorporações que resultem de serviços por ele realizado. Parágrafo Único. Os bens e direitos do Instituto Federal serão utilizados ou aplicados, exclusivamente, para a consecução de seus objetivos, não podendo ser alienados a não ser nos casos e condições permitidos em lei. Gabarito Alterado.</p>			
4	A	A	Indeferido
<p>O recurso não se aplica à referida questão. Gabarito mantido.</p>			
5	D	D	Indeferido
<p>LETRA A NÃO ESTÁ CORRETA: a) O servidor habilitado em concurso público e empossado em cargo de provimento efetivo adquirirá estabilidade no serviço público ao completar 2 (dois) anos de efetivo exercício. Atenção: Art. 21. O servidor habilitado em concurso público e empossado em cargo de provimento efetivo adquirirá estabilidade no serviço público ao completar 2 (dois) anos de efetivo exercício. (prazo 3 anos – vide EMC nº 19). Obs.: o enunciado dessa questão em hipótese alguma acarreta prejuízos à compreensão, tampouco, para encontrar a resposta correta, tratando-se de sua objetividade em relação a mesma. Gabarito mantido.</p>			

8	D	X	Anulada
Questão Nula			
9	A	A	Indeferido
O ITEM II REFERE-SE AO: Art. 18. Os Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca CEFET-RJ e de Minas Gerais – CEFET-MG, não inseridos no reordenamento de que trata o art. 5º desta Lei, permanecem como entidades autárquicas vinculadas ao Ministério da Educação, configurando-se em instituições de ensino superior pluricurriculares, especializadas na oferta de educação tecnológica nos diferentes níveis e modalidades de ensino, caracterizando-se pela atuação prioritária na área Tecnológica, na forma da legislação. ASSIM, O TERMO CORRETO “pluricurriculares” e não o termo multicurriculares como consta no item II.			
10	D	D	Indeferido
Primeiramente, a questão está pedindo a alternativa correta. O gabarito fornecido informa que os itens corretos são os itens II e V, correspondentes à letra “D” da questão 10. Vossa senhoria afirma que o item V está correto, corroborando com o gabarito fornecido, posto que este foi transcrito fielmente da lei, conforme podemos conferir a íntegra: Lei 9394/96, Art. 9º, inciso II: “II - <i>organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do sistema federal de ensino e o dos Territórios.</i> ” Analisando os outros itens da questão: Na prova: I – Assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental nas séries iniciais, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino e aprendizagem. Na Lei 9394/96, Art. 9º, inciso VI: “VI - <i>assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino</i> ”. Comparando com o enunciado da questão 10, item I, vê-se que a lei trata da melhoria da qualidade do ensino, não das aprendizagens, bem como a lei determina a avaliação de todo o ensino fundamental, não apenas nas séries iniciais, como está posto na questão. Portanto, o referido item está errado. Na prova: IV - Elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, em parceria com as Universidades, Institutos Federais de Ensino Superior e órgãos de Pesquisa Científica do país. Na Lei 9394/96, Art. 9º, inciso I: “I – <i>elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.</i> ” Comparando com o enunciado da questão 10, item IV, vê-se que a lei não prevê essas parcerias com Instituições específicas. Gabarito mantido.			
11	C	C	Indeferido
Permanece a alternativa C considerando que o seguinte termo não se aplica à redação dos dispositivos legais mencionados, o que, por sua vez, demandaria conhecimento dos candidatos em relação ao proposto: “e corpo docente”. Não contempla oferta de cursos e Programas (como consta, por exemplo, na letra D). Gabarito mantido.			
13	B	B	Indeferido
A questão encontra-se adequada considerando que existem apenas duas proposições corretas: apenas II e IV. Considere-se que nos demais itens existem informações que não condizem com a referida Legislação, a saber: I, III e V. A sequência correta permanece na letra b: F V F V F. Correção do item I: Art. 2º – Os Institutos Federais são Instituições de Educação Superior, Básica e Profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de Educação Profissional e Tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei. Correção do item III: Art. 6º-Os Institutos Federais têm por finalidades e características: I – ofertar Educação Profissional e Tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional; Correção do item V: Art. 2º, § 3º-Os Institutos Federais terão autonomia para criar e extinguir cursos, nos limites de sua área de atuação territorial, bem como para registrar diplomas dos cursos por eles oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior, aplicando-se, no caso da oferta de cursos a distância, a legislação específica. Gabarito mantido.			
15	B	X	Anulada
Questão nula.			
18	E	X	Anulada
Questão nula			
19	C	C	Indeferido
O item V, da questão 19, encontra-se errado, pois o Estatuto do IFPI, no Cap. II, Art. 3º, inciso V, não trata especificamente do ensino básico, em seus diferentes níveis (infantil, fundamental e médio). Mas, tão somente, o ensino nas modalidades técnico, tecnológico, bacharelado e licenciatura. Gabarito mantido.			

AGROPECUÁRIA/ZOOTECNIA

QUESTÃO	GABARITO PRELIMINAR	GABARITO DEFINITIVO	RESULTADO
21	A	A	Indeferido
A alternativa está em concordância com o citado por Pereira 2008, que diz “a consanguinidade favorece a identificação de genes recessivos indesejáveis ou de efeitos deletérios. A identificação destes			

recessivos é extremamente importante sob o ponto de vista de melhoramento animal.” Pereira, Jonas Carlos Campos. Melhoramento genético aplicado e produção animal - 5. ed. - Belo Horizonte : FEPMVZ Editora, 2008. Pg 237. **Gabarito mantido.**

24	B	B	Indeferido
----	---	---	------------

Dentre as diferentes funções e importância do colostro, a referida questão solicita aquela que se refere no contexto citado pela questão, exigindo do candidato análise e interpretação da situação abordada. No caso, trata-se da importância imunológica do fornecimento do colostro nas primeiras horas de vida de bezerros que, segundo Silva et al. (2014), visa uma maior absorção de imunoglobulinas (anticorpos) presentes no colostro, estando seu fornecimento nas seis primeiras horas de vida relacionado a menores custos de assistência veterinária, ganho de peso e produção leiteira. Ainda segundo Cunha e Martuscello (2014), esta urgência na ingestão do colostro se deve a fatores que interferem na eficiência de mecanismos de transporte dos anticorpos colostrais da vaca para a cria que dentre estes está a aptidão do epitélio intestinal do recém-nascido em absorver moléculas relativamente grandes como as imunoglobulinas. Em concordância com os autores citados, Oliveira (2001) cita que o colostro é fundamental aos bezerros pelo fornecimento de anticorpos e sua falta praticamente os condenam à morte uma vez que estes nascem deficientes em imunoglobulinas. Este autor cita ainda que animais recém-nascidos obtêm uma transferência maciça de imunoglobulinas materna ao receber proteínas advindas do colostro em seu trato intestinal que são ativamente captadas pelas células do epitélio intestinal, atingindo a circulação sistêmica e que a absorção insuficiente de colostro resultante de sua ingestão tardia ocorrerá menor capacidade de absorção das imunoglobulinas por meio do epitélio intestinal do bezerro recém-nascido. Cunha, D.N.F.V e Martuscello, J.A. Criação de bezerras de rebanhos leiteiros em fase de aleitamento. In: Silva, J.C.P.M et al. Manejo e administração na bovinocultura leiteira. 2ª ed. Viçosa, 2014. Pg. 216. Oliveira, M.D.S. Cria e recria de bovinos leiteiros. Jaboticabal, Ed. Funep, 2001. Pg 22, 26-27. Silva, J.C.P.M. et al. Alimentação e Instalações para bezerras em aleitamento. In: Silva, J.C.P.M et al. Manejo e administração na bovinocultura leiteira. 2ª ed. Viçosa, 2014. Pg. 228). **Gabarito mantido.**

28	A	A	Indeferido
----	---	---	------------

A Questão 28 trata do volume de silagem contido em um silo de área transversal trapezoidal de base menor, base maior e altura, com comprimento conhecido de 20 metros, além da informação quanto à densidade da silagem estocada. A questão considera a massa de silagem estocada em função do volume do silo trapezoidal de seção trapezoidal com 20 metros de comprimento, cuja compactação corresponde a uma densidade de 500 kg/m³, assim descrita: (Em um silo trapezoidal, são verificadas as dimensões: 4 metros de base menor, 5 metros de base maior, 2 metros de altura e 20 metros de comprimento. A silagem se encontra no mesmo em uma densidade de 500 kg/m³. Assim, a massa de silagem estocada neste silo é de:). Assim, a resposta da questão 28 decorre do cálculo: $V = [(5+4) \times 2] / 2 \times 20 = 180$ metros cúbicos. Para uma densidade 500 kg de forragem por metro cúbico, no silo estarão estocados exatamente 90 toneladas de silagem. Dessa forma, a resposta correta é única e corresponde à letra (a): 90 toneladas. **Gabarito mantido.**

30	E	D	Deferido
----	---	---	----------

Relativo à questão 30, é necessário afirmar que as alternativas A, B, C e E estão incorretas, pois, seria correto: A: a relação folha:caule apresenta correlação positiva com o teor de proteína, a digestibilidade e o consumo da forragem; B: as gramíneas tropicais possuem como primeiro produto da fotossíntese o ácido oxalacético (4C), sendo conhecidas como C4, já as gramíneas temperadas e leguminosas tropicais e temperadas possuem como primeiro produto estável da cadeia bioquímica da fotossíntese o ácido 3-fosfoglicérico (3-PGA), e são de ciclo C3; C: quando a desfolha é frequente e intensa, as reservas orgânicas diminuem na planta e a rebrotação se torna mais lenta; e E: Para cada espécie forrageira e condições de crescimento há um índice de área foliar (IAF) que promove um nível ótimo de crescimento, pois esse possibilita uma máxima interceptação da luz e uma melhor taxa fotossintética. Apresenta erro, pois o IAF não promove um nível ótimo de crescimento, e um índice que reflete a correlação entre produção de biomassa e interceptação luminosa, ou seja, razão entre a área de uma face de folhas e a área de solo sombreada sobre a projeção da copa. Quanto à máxima interceptação luminosa esta ocorreria com 100% de intensidade luminosa, porém, em regiões temperadas o índice de interceptação luminosa ótimo é 95%, conforme comprovada por BARBOSA (2004). Fica claro o erro na alternativa E, ao afirmar que a interceptação da luz é máxima, quando em algumas ocasiões a máxima pode acarretar em diminuição da eficiência fotossintética, quando 95% de interceptação luminosa pode ser eficiente. Portanto, resta correta a alternativa D: Espécies C3 saturam-se de luz em intensidades luminosas mais baixas do que espécies C4. FONTE: BARBOSA, R.A. Características morfofisiológicas e acúmulo de forragem em capim-Tanzânia (*Panicum maximum* Jacq. cv. Tanzania) submetido a frequências e intensidades de pastejo. 2004. 122p. Tese (Doutorado) Universidade Federal de Viçosa, Viçosa. Disponível em: <<http://forragicultura.com.br/arquivos/rodrigoamorimbarbosateseufvdzo.pdf>> Acesso em: 24 jan. 2017. **Gabarito alterado.**

31	E	E	Indeferido
----	---	---	------------

O enunciado da questão 31 (Considerando-se que a atividade reprodutiva das fêmeas caprinas segue o padrão de ciclo estral restrito a determinados períodos, o que leva a ser consideradas poliêstricas estacionais, é CORRETO afirmar:), remete à vinculação da condição fisiológica natural para reprodução das fêmeas caprinas ao fotoperíodo, o que é condizente com a resposta (e): Regiões com latitudes superiores a 35° têm expressiva influência do fotoperíodo sob a reprodução dos caprinos, caracterizando

os dois períodos bem definidos, anestro e ciclicidade. Neste caso, a região Nordeste do Brasil se encontra em latitude inferior a 30°, não sendo importante à reprodução dos caprinos o efeito do fotoperíodo sobre o anestro e ciclicidade das cabras nesta Região de baixa latitude. Dessa forma, prevalece apenas a resposta (e) como correta ao enunciado da Questão 31. Referente ao tema, recomendamos: Rev. Bras. Reprod. Anim., Belo Horizonte, v.31, n.2, p.254-260, abr./jun. 2007. **Gabarito mantido.**

32	C	C	Indeferido
----	---	---	------------

A questão citada no presente recurso é a questão B (e não A): “Apesar de apresentar custos de implantação maiores, como formação de piquetes e construção de cercas, o SISCAL apresenta uma melhor rentabilidade quando comparado com os sistemas tradicionais em confinamento”. Esta alternativa é incorreta pois os custos de implantação do sistema intensivo de suínos ao ar livre (SISCAL) são menores quando comparados aos sistemas intensivos tradicionais de criação de suínos em confinamento, conforme atestam Dalla Costa et al. (1993 a,b), Dalla Costa e Monticelli (1994) e Carvalho e Viana (2011). CARVALHO, P. L. C.; VIANA, E. F.; Suinocultura SISCAL e SISCON: análise e comparação dos custos de produção. Custos e Agronegócio, v. 7, n. 3º. Set/Dez – 2011. DALLA COSTA, O. A.; GIROTTO, A. F.; LIMA, G. J. M. M.; FASOLA, J. Custo de implantação dos sistemas intensivos de criação de suínos confinado e ao ar livre. Concórdia: EMBRAPA-CNPISA, 1993(a) (EMBRAPA-CNPISA. Comunicado técnico, 207). DALLA COSTA, O. A.; FERREIRA, A. S.; LIMA, G. J. M. M. de; GIROTTO, A. F.; MONTICELLI, C. J. Comparação dos sistemas intensivos de criação de suínos criados ao ar livre (SISCAL) e confinado (SISCO). Concórdia: EMBRAPA-CNPISA, 1993(b) 2 p. (EMBRAPA-CNPISA. Comunicado técnico, 209). DALLA COSTA, O.A.; MONTICELLI, C.J. sugestões para a implantação do sistema intensivo de suínos criados ao ar livre (SISCAL). Suinocultura Dinâmica, v.3, n.14, p.1-5, 1994. **Gabarito mantido.**

33	B	B	Indeferido
----	---	---	------------

Os efeitos do acesso de leitões a terra em sistemas de criação ao ar livre (SISCAL) na prevenção da anemia ferropriva são bem documentados (Dalla Costa e Monticelli, 1994; Dalla Costa et al, 1996; Almeida, 2006), bem como trabalhos que têm demonstrado que terras com diferentes concentrações de ferro foram eficientes na prevenção da anemia em leitões (Almeida, 2006). Além disso, Dalla Costa e Monticelli (1994) citam que leitões com acesso a terra com altos níveis de ferro não há necessidade de aplicação ao antianêmico, porém tal recomendação não poderia ser generalizada para, por exemplo solos arenosos. Por conta do que foi exposto, a alternativa gabaritada da questão 33 (alternativa B) é correta, pois ressalta a importância do acesso à terra por leitões na prevenção da anemia ferropriva, mas sem incorrer em generalizações (como alegado no recurso) pois afirma que “a anemia ferropriva é MENOS OBSERVADA em leitões criados em sistemas com livre acesso a terra, a exemplo dos sistemas intensivos de criação ao ar livre”. Almeida, R.F. O ferro no metabolismo e desempenho de suínos; Tese (Doutorado em Ciência Animal), Universidade Federal de Goiás, 2007. DALLA COSTA, O.A.; MONTICELLI, C.J. Sugestões para a implantação do sistema intensivo de suínos criados ao ar livre (SISCAL). Suinocultura Dinâmica, v.3, n.14, p.1-5, 1994. DALLA COSTA, O. A.; SOBESTIANSKY, J. ; MONTICELLI, C. J.; GUIDONI, A. L. Efeito a aplicação de ferro dextrano sobre o desempenho de leitões lactentes produzidos no sistema intensivo de suínos criados ao ar livre - SISCAL. EMBRAPA/CNPISA, Comunicado Técnico, 1996. **Gabarito mantido.**

34	D	D	Indeferido
----	---	---	------------

A alternativa B da questão 34 é considerada incorreta pois segundo Camargo et al. (2002): “Em períodos frios, para aumentar a temperatura do interior do ninho, as abelhas se aglomeram em cachos. Se a temperatura continuar caindo, as operárias aumentam sua taxa de metabolismo, provocando vibrações dos músculos torácicos, gerando calor” (pgs 54 e 55), implicando que o aumento de temperatura interna na colmeia se deve à geração endógena de calor pelas abelhas e não por direcionamento de ar quente do exterior, como sugere o referido item. Além disso, a argumentação do recurso de autores citados na dissertação de Tavares (2012) refere-se à situação de REDUÇÃO DE TEMPERATURA da colmeia (condição oposta da abordada pela alternativa B): “A *Apis mellifera* coloca o ar quente para fora batendo as asas, enquanto a *Apis cerana* ventila o ar de fora para dentro da colônia, sendo este um processo mais eficiente para DIMINUIÇÃO DA TEMPERATURA INTERNA (...)” (Sakagami, 1996; Graham, et al., 2006). A citação do trabalho de Southwick (1985) feita pela mesma dissertação menciona o agrupamento das abelhas visando aumento da condutividade térmica da cera alveolada, condição adversa da descrita na alternativa B e por isso não se adequando como justificativa de possível correção da referida alternativa. Quanto à menção de texto no site Beevoz, este deve ser visto com ressalvas, pois trata-se de site de divulgação de cultura e entretenimento, não tendo, por sua natureza, a necessidade dos mesmos rigores como os observados em publicações técnico-científicas. Ainda assim, no artigo citado pelo recurso (encontrado em <http://www.beevoz.net/2014/09/16/o-mundo-das-abelhas/>), o item 34 reforça o argumento de geração endógena de calor pela movimentação das asas das abelhas descrito por Camargo et al. (2002) (citado anteriormente) e, por isso, invalida a alternativa B da referida questão como correta. CAMARGO, R.C.R.; PEREIRA, F.M.; LOPES, M.T.R. Produção de mel. Teresina: Embrapa Meio-Norte, 2002. 138 p. (Embrapa Meio Norte. Sistemas de Produção, 3). TAVARES, R.F. TERMORREGULAÇÃO DE COLMEIAS DE *Apis mellifera* EM AMBIENTES DE SOL E SOMBRA NO

SEMIÁRIDO PERNAMBUCANO. Dissertação (Mestrado em Zootecnia) - Universidade Federal Rural de Pernambuco. Departamento de Zootecnia, Recife, 2012. Gabarito mantido.			
39	C	X	Anulada
Questão nula			

DIREITO

QUESTÃO	GABARITO PRELIMINAR	GABARITO DEFINITIVO	RESULTADO
21	C	C	Indeferido
<p>Trata a questão, inquestionavelmente, da literalidade do art. 481 da CLT, que dispõe: Art. 481 – Aos contratos por prazo determinado, que contiverem cláusula assecuratória do direito recíproco de rescisão antes de expirado o termo ajustado, aplicam-se, caso seja exercido tal direito por qualquer das partes, os princípios que regem a rescisão dos contratos por prazo indeterminado. No caso apresentado para análise, o contrato por prazo determinado celebrado entre Ana Maria e seu empregador continha cláusula assecuratória do direito recíproco de rescisão antes de expirado o termo ajustado, nos moldes do artigo supramencionado, o que enseja o pagamento das “verbas rescisórias correspondentes à demissão sem justa causa, tendo em vista que nesse caso devem ser aplicados os princípios que regem a rescisão dos contratos por prazo indeterminado.” (Letra C – gabarito correto). Não há como casar os dispositivos 479 e 481 da CLT, tendo em vista que o primeiro refere-se ao contrato por prazo determinado padrão e determina indenização pelo seu rompimento sem justa causa e o segundo refere-se ao contrato por tempo determinado com cláusula assecuratória do direito recíproco de rescisão antes de expirado o termo ajustado. Dispositivos antagônicos que, em hipótese alguma poder ser interpretados em conjunto, pois a aplicação de um ao caso concreto exclui a aplicação do outro. Gabarito mantido.</p>			
23	C	C	Indeferido
<p>Trata a questão acerca dos Princípios da Seguridade Social. Diz o enunciado: “São princípios que norteiam a Seguridade Social no Brasil, EXCETO:” e elenca 5 alternativas corretas, dentre elas a que indica o princípio da Solidariedade, questionada pelo candidato. O Princípio Constitucional da Solidariedade é base do regime previdenciário. Trata-se de princípio constitucional, previsto no art. 3º, I, da CF/88, e indiscutivelmente acolhido pela mais robusta doutrina previdenciária brasileira, senão vejamos: “3.2.1 – Solidariedade (Art. 3º, I, CF/88) O princípio da solidariedade é o pilar de sustentação do regime previdenciário. Não é possível a compreensão do sistema sem que o conceito de solidariedade esteja consolidado. (...). A solidariedade do sistema previdenciário obriga contribuintes a verterem parte de seu patrimônio para o sustento do regime protetivo, mesmo que nunca tenham a oportunidade de usufruir dos benefícios e serviços oferecidos.” Apesar de não estar elencado no rol dos princípios específicos da Seguridade Social, no art. 194 da Constituição Federal, é princípio basilar indispensável na dinâmica do sistema previdenciário e todos os seus institutos. Assim, considerando que o enunciado questiona acerca dos princípios gerais norteadores da Seguridade Social, dentre eles o da Solidariedade, e não apenas os princípios específicos do art. 194, o gabarito da questão encontra-se correto, de acordo com os ditames legais, doutrinários e jurisprudenciais, merecendo ser mantido pela ausência de qualquer margem de erro que o macule. Gabarito mantido.</p>			
24	D	D	Indeferido
<p>A Questão nº 24, item III, ao contrário do que questiona o (a) candidato (a), não trata dos objetivos da assistência social, mas do seu próprio conceito. Vejamos: “III- A assistência social atende aos hipossuficientes, por meio da concessão de benefícios, independentemente de contribuição”. O questionado item é baseado no art. 203, caput, da CF/88, que diz: Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social (...). A assistência social, ao contrário da previdência (contributiva) e da saúde (direito de todos, independentemente de contribuição), é disponibilizada APENAS aos necessitados (hipossuficientes) independentemente de contribuição à Seguridade Social, por meio da concessão de benefícios (BPC-LOAS, por exemplo). Portanto, a forma encontrada pelo governo para reduzir o sofrimento de determinadas camadas segregadas da sociedade. Pelo exposto, tem-se que o item questionado encontra-se em total consenso com a literalidade do art. 203 da CF/88 e com a Lei 8742/93. Gabarito mantido.</p>			
26	D	D	Indeferido
<p>Nos termos do artigo 103 da Constituição Federal de 1988 e seus incisos, e em conformidade com as alterações advindas da Emenda Constitucional nº 45, de 2004, podem propor a ação direta de inconstitucionalidade,</p> <p>“I - o Presidente da República; II - a Mesa do Senado Federal; III - a Mesa da Câmara dos Deputados; IV- a Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal; V- o Governador de Estado ou do Distrito Federal;</p>			

<p>VI - o Procurador-Geral da República; VII - o <u>Conselho Federal da Ordem</u> dos Advogados do Brasil; VIII - partido político <u>com representação no Congresso Nacional</u>; IX - confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.” (Fonte: Constituição Federal de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 26 jan. 2017, <i>grifo nosso</i>).</p> <p>Portanto, a irresignação recursal do candidato não deve prosperar, posto que a questão solicita que seja assinalada a alternativa considerada <u>exceção</u>. No caso em tela, a letra D é a única que não preenche corretamente os legitimados para propor a ação direta de inconstitucionalidade. Ademais, a questão exige do candidato conhecimento literal do texto constitucional. Nesse aspecto, a alternativa cita, de forma errônea, os Conselhos Seccionais da OAB e partido com registro no TSE. Gabarito mantido.</p>			
28	A	A	Indeferido
<p>O <i>caput</i> do artigo 53 da Carta Federal (redação dada pela Emenda Constitucional nº 35, de 2001) é claro e evidente ao dispor sobre a imunidade material garantida aos Deputados e Senadores. Senão vejamos: “Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos.” (Fonte: Constituição Federal de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 26 jan. 2017, <i>grifo nosso</i>).</p> <p>Sendo assim, o pedido de anulação da questão em comento não deve prosperar, pois o enunciado da questão faz alusão à imunidade constitucional garantida pela Constituição Federal de 1988 aos Deputados e Senadores. Inobstante toda a polêmica que o tema comporta, o candidato deveria estar preparado para analisar e interpretar os itens I a IV frente ao disposto na Constituição Federal de 1988 no que se refere à imunidade material garantida aos Deputados e Senadores. Além disso, cabe destacar que o item I da questão ora impugnada complementa o item III, dando maior robustez ao quesito. Gabarito mantido.</p>			
31	C	C	Indeferido
<p>Apenas II e III são verdadeiras. Tratam de Obrigação Tributária. Gabarito mantido.</p>			
32	C	C	Indeferido
<p>A omissão de quaisquer dos requisitos previstos no artigo 202 do CTN, ou o erro a eles relativo (data em que foi inscrita), são causas de nulidade da inscrição e do processo de cobrança dela decorrente. Por outro lado, a nulidade poderá ser sanada até a decisão de primeira instância. Gabarito mantido.</p>			
33	D	D	Indeferido
<p>A questão trata das espécies tributárias previstas no Código Tributário Nacional e sobre as normas gerais de direito tributário. Gabarito mantido.</p>			
35	A	A	Indeferido
<p>A taxa referida pode ser estabelecida utilizando a base de cálculo do IPTU, bastando tão somente a adoção de um ou mais dos elementos que compõem a base de cálculo do IPTU, evitando a integralidade destes, conforme RE 576321 RG-QO - Relator Ministro Ricardo Lewandowski, Tribunal Pleno, julgamento em 4.12.2008). Gabarito mantido.</p>			
37	C	C	Indeferido
<p>A pretensão recursal do candidato não merece guarida, haja vista que os itens I a III da questão impugnada estão totalmente em consonância com o texto da lei nº 10.406, de 2002, que institui o Código Civil brasileiro.</p> <p>Ressalte-se, por oportuno, que ao se afirmar que “a questão da prova de conhecimentos específicos, ora impugnada, deve ser anulada, em razão da alternativa do item IV ser incompatível com o texto legal” parece não se ter compreendido a questão, pois a banca elaboradora da referida questão NÃO considerou o item IV como correto. Portanto, a letra C deve ser mantida no gabarito como a única correta. Gabarito mantido.</p>			
38	D	D	Indeferido
<p>No caso hipotético da questão, “o negócio jurídico celebrado entre Cinobelino e Zenóbio é anulável, em razão de vício denominado lesão,” e não estado de perigo como pleiteia o candidato ora recorrente.</p> <p>Nesse sentido, cabe ressaltar que ocorre a LESÃO quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta (CC, art. 157), como ocorrido no caso da presente questão.</p> <p>Para maiores esclarecimentos, seguem os <i>caputs dos artigos 156 e 157 do Código Civil brasileiro</i>, com as previsões legais dos dois institutos do direito civil pátrio em referência na impugnação do candidato. Senão vejamos:</p> <p>“Art. 156. Configura-se o estado de perigo quando alguém, premido da necessidade</p>			

de salvar-se, ou a pessoa de sua família, de grave dano conhecido pela outra parte, assume obrigação excessivamente onerosa.

Art. 157. Ocorre a lesão quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta.” (Fonte: Código Civil brasileiro. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm> Acesso em: 26 jan. 2017. **Gabarito mantido.**

39	A	A	Indeferido
----	---	---	------------

O pedido em recurso não deve ser deferido, posto que o edital do certame prevê questões de DIREITO CIVIL.

A propósito da irresignação, vale ressaltar que a questão exige conhecimento literal do texto do Código Civil brasileiro (CC, art. 935) e não de direito processual civil, como afirma-se. Deve haver preparo para analisar e interpretar as assertivas frente ao disposto no Código Civil no que se refere à responsabilidade civil, conteúdo que consta no edital do certame.

À guisa de exemplo, vejamos o que reza o art. 935 do Código Civil: “A responsabilidade civil é independente da criminal, não se podendo questionar mais sobre a existência do fato, ou sobre quem seja o seu autor, quando estas questões se acharem decididas no juízo criminal.” (Fonte: Código Civil brasileiro. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm> Acesso em: 26 jan. 2017.

Por fim, destaca-se o fato de constar no enunciado da questão a seguinte expressão: “Nos termos do Código Civil de 2002:” Sendo assim não há que se falar em anulação do quesito. **Gabarito mantido.**

40	D	D	Indeferido
----	---	---	------------

Alegou-se que o item I da referida questão deve ser considerado “verdadeiro”. Contudo, a característica denominada indisponibilidade ou inalienabilidade dos direitos fundamentais não está relacionada ao fato desses serem ou não absolutos, ou seja, de poderem ou não colidir com outros direitos ou garantias fundamentais. Confundiu-se duas características dos direitos fundamentais: o fato de que eles não são absolutos e o de que eles são direitos que não admitem qualquer atos de disposição, quer jurídica – renúncia, compra e venda, doação –, quer material – destruição do bem (MENDES, 2013, p. 145).

Assim, esperava-se que na resolução da questão se identificasse que a denominação atribuída (indisponibilidade) não condiz com a caracterização que segue no enunciado da questão, não obstante o fato de que tal caracterização feita em sequência estar completamente correta, apenas não condizente com a característica da *indisponibilidade* dos direitos e garantias fundamentais.

Dessa forma, o recurso deve ser indeferido e o gabarito da questão deve ser mantido.

Referências:

BRANCO, Paulo Gustavo Gonet; MENDES, Gilmar Ferreira. **Curso de Direito Constitucional**. 9. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

Gabarito mantido.

LICENCIATURA/DISCIPLINAS PEDAGÓGICAS

QUESTÃO	GABARITO PRELIMINAR	GABARITO DEFINITIVO	RESULTADO
21	C	C	Indeferido
A citação referenciada corretamente com as duas bibliografias deixam claras que os trechos precisam estar em conformidade com a obra solicitada em questão (vide página 93). Delors (1998, p. 93). "trecho para diferenciá-los". Gabarito mantido.			
23	B	B	Indeferido
De acordo com Saviani (1984, p. 9), a escola existe para propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado (ciência), bem como o próprio acesso aos rudimentos desse saber. Os conteúdos que constituem esse saber elaborado não poderão ser considerados de forma estática e acabados, pois se trata de conteúdos dinâmicos e, por isso, articulados dialeticamente com a realidade histórica. Nesses termos, precisam ser conduzidos de forma que, ao mesmo tempo em que transmitam a cultura acumulada, contribuam para a produção de novos conhecimentos. Esse postulado teórico converge com as características da seguinte Tendência Pedagógica: SAVIANI, D. Escola e Democracia. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1984. Gabarito mantido.			
24	A	A	Indeferido
A saber: Tema 03: Educação inclusiva: limites e possibilidades para uma prática educativa. Assim, é contemplada no eixo da Temática de Educação Inclusiva: Para fazer a inclusão de verdade e garantir a aprendizagem de todos os alunos na escola regular é preciso fortalecer a formação dos professores e criar uma boa rede de apoio entre alunos, docentes, gestores escolares, famílias e profissionais de saúde			

que atendem as crianças com Necessidades Educacionais Especiais. Gabarito mantido.			
25	D	D	Indeferido
O Conteúdo referente ao decreto 6.094/2007 não é requisito para a resposta da questão. Constitui-se apenas como um dispositivo de contextualização da questão enquanto base legal (informacional), que, por sua vez, em hipótese alguma compromete a compreensão da questão nem tão pouco em achar a única resposta correta. O Decreto nº 6.094/2007 estabelece dentre as diretrizes do Compromisso Todos pela Educação, a garantia do acesso e permanência no ensino regular e o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, fortalecendo a inclusão educacional nas escolas públicas. Gabarito mantido.			
26	C	C	Indeferido
A) Ao longo de todo o processo de escolarização esse atendimento deve estar articulado com a proposta pedagógica do ensino comum. O atendimento educacional especializado é acompanhado por meio de instrumentos que possibilitem monitoramento e avaliação da oferta realizada nas escolas da rede pública e nos centros de atendimento educacional especializados públicos ou conveniados. (e não com tecnologias de ponta). B) Dentre as atividades de atendimento educacional especializado são disponibilizados programas de enriquecimento curricular, o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e sinalização e tecnologia Assistiva (e não corretiva). D) Em todas as etapas e modalidades da educação básica, o atendimento educacional especializado é organizado para apoiar o desenvolvimento dos estudantes, constituindo oferta obrigatória dos sistemas de ensino. Deve ser realizado no turno inverso ao da classe comum, na própria escola ou centro especializado que realize esse serviço educacional. ("exclui-se o termo não necessariamente"). Gabarito mantido.			
27	C	C	Indeferido
O conteúdo "princípios e organização da gestão democrática" é de fato básico e específico, para a formação e atuação de Pedagogos, em funções docentes ou técnico administrativas. Partindo desse pressuposto, a referência é base legal PNE 13.005/2014, como consta na questão ora contestada, cumpre a função de situar o referido conteúdo, específico, em contextos e vias de atualização de conhecimentos da área de formação já especificada, pedagógica. A essência da questão, nesse caso, incide no conteúdo solicitado e não no documento que o registra. Gabarito Mantido.			
30	C	C	Indeferido
A afirmativa I não está correta, pois de acordo com Libâneo (2013, p. 196) "Cada aula é uma situação didática específica, na qual objetivos e conteúdos se combinam com métodos e formas didáticas, visando fundamentalmente propiciar a assimilação ativa de conhecimentos e habilidades pelos alunos." Assim, a afirmativa está ERRADA, pois considera somente a combinação de objetivos e métodos como características de uma aula, desconsiderando os conteúdos e as formas didáticas. Nessa direção, a alternativa correta é a letra "C". A diagramação não compromete a análise das afirmativas para se chegar a alternativa CORRETA. Gabarito mantido.			
32	E	E	Indeferido
O enunciado da questão além da clareza e objetividade apresenta base teórica em autora específica, Rios (2006). O argumento trazido no texto do recurso trata de uma suposta necessidade de ampliar a docência, que não deixa de ser uma pauta importante nos debates atuais no campo da Educação escolar. No entanto, para a autora e obra em discussão, a relação colocada em relevo diz respeito ao Ensino e didática, no campo da educação escolar. Gabarito mantido.			
33	E	E	Indeferido
A dimensão pedagógica das práticas escolares, independente da sua natureza, docentes ou técnico administrativas, constitui eixo para a compreensão da organização e do funcionamento da escola [...] como consta no enunciado da questão em tela, assim como, sobre esse entendimento há um dado consenso ou, dito de outra forma, um dado acordo teórico. Portanto, não constitui erro a formulação apresentada por qualificar a direção da escola como pedagógica, pois trata-se, além do já exposto de uma função que não é neutra. Gabarito mantido.			
36	C	C	Indeferido
A delimitação do espaço geográfico e do objeto/tema do estudo, são apresentados pelos próprios autores na/da obra tomada como embasamento teórico para elaboração da alternativa ora questionada, que por sua vez não sugere, em nenhum momento, a restrição suposta pelo autor do recurso. Gabarito mantido.			
38	D	D	Indeferido
O enunciado da questão é claro: 2 Julgue as afirmativas como Verdadeira ou Falsa em relação às implicações do currículo por competências na educação profissional. Dessa forma, um currículo por competências jamais vai ter como implicação: A formação integrada é a chave para o trabalhador apreender as contradições das relações sociais de produção e produzir sua existência com o seu trabalho (penúltima alternativa). E nem: Não se trata apenas ensinar a fazer e preparar para o mercado de trabalho, mas promover a compreensão das dinâmicas sócio produtivas das sociedades modernas, com as suas conquistas e os seus revezes (última alternativa). Esses aspectos estão na proposta que não foi aprovada para as DCNEM e as DCNEP, do qual as autoras da citação direta (CIAVATTA, RAMOS, 2012, p.12) utilizada como apoio para a questão integraram a equipe de elaboração. As autoras ao criticarem os documentos (DCNEM e as DCNEP) que foram aprovados pelo MEC destacaram exatamente o objetivo de " formação de personalidades flexíveis para a adaptação é realidade instável e incerta. A era das diretrizes coincide, assim, com a era das incertezas (CIAVATTA, RAMOS, 2012,			

p.12). Indo claramente na contramão de uma educação que implicasse em uma formação integral ou mesmo uma formação para além do mercado de trabalho de característica cambiante. **Gabarito mantido.**

39

E

E

Indeferido

A afirmativa II está INCORRETA porque o enunciado da questão pede o OBJETIVO da formação por competências no currículo da educação profissional e, compreender a prática como atividade objetiva e transformadora da realidade natural e social, de acordo com CIAVATTA e RAMOS (2010) não é objetivo desta perspectiva de formação. **Gabarito mantido.**